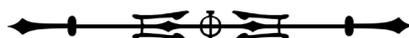


# O saber das amazônidas: o protagonismo das mulheres na atividade de pesca em Santarém, Pará

*Claudia Grace dos Santos Santana*<sup>1</sup>

*Inailde Corrêa de Almeida*<sup>2</sup>



## RESUMO

O presente estudo aborda a condição da mulher pescadora do município de Santarém no cerne do protagonismo ao desenvolvimento sustentável considerando seus diversos ecossistemas como fator determinante na encenação da importância do seu papel como agente ativa no processo de produção da pesca na Amazônia. Tem como objetivo evidenciar a atuação da mulher no cenário pesqueiro, demonstrar como ocorre esta participação, os elementos conjunturais de sua formação, as dificuldades enfrentadas, as relações sociais de gênero envolvidas e o pouco reconhecimento desta profissional no exercício da atividade da pesca no município de Santarém. A metodologia deu-se por meio de revisão bibliográfica, embasada em entrevistas com aplicação de questionários e relatos de vida, o levantamento das histórias do cotidiano da vida da mulher na atividade da pesca direciona a pesquisa para a relevância de aspectos culturais, sociais e políticos vinculados aos saberes tradicionais que contribui sensivelmente para a manutenção do meio ambiente e na construção de um novo espaço harmônico, fundamentado na luta pelos direitos e na definição de novas relações de poder entre homens e mulheres, condição atrelada a mudanças sociais de empoderamento que configura a valorização e o reconhecimento da mulher pescadora na Amazônia.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Reconhecimento. Empoderamento.

---

1 Bacharel em Gestão Pública e desenvolvimento Regional - UFOPA.

2 Bacharel em Engenharia de Pesca- UFRA.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o período pré-colonial, a pesca na Amazônia garante por gerações a manutenção das comunidades que tradicionalmente habitam a região (RUFFINO, 2005; TORRES, 2004). A principal atividade pesqueira exercida pela população local é a pesca artesanal, praticada por pescadores autônomos e marcada por relações de trabalho conhecidas como parceria, utilizando embarcações de pequeno porte e de artes de pesca como: redes de emalhe simples, espinhéis e linhas de pescar (ISAAC *et al.*, 2004; MORAES, REIS, 2009).

Na pesca artesanal, existe a divisão do trabalho social, estabelecida pela distinção de sexo, em que o homem é o agente prioritário à esfera produtiva e a mulher a esfera reprodutiva com menor valor agregado social (KERGOAT, 2002). Desde modo, a mobilização das mulheres em prol de seus direitos e alocação da importância do seu papel diante ao espaço da pesca produziu efeitos significativos, resultando na formulação da Lei de Pesca do Brasil (Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009), que consagra o direito das mulheres pescadoras como agentes produtivos (MANESCHY, 1995).

Neste sentido, isso revela a prerrogativa quanto à inserção da mulher no espaço pesqueiro, historicamente marcado pela exclusão social caracterizado pela questão de desigualdade entre homem e mulher. Isso fez surgir o interesse de pesquisar e refletir sobre o tema, apresentando a seguinte questão-problema: como ocorre a participação das mulheres no que tange à pesca artesanal, no âmbito da pesca no município de Santarém, Pará? Para tal, análise, houve a escolha das pescadoras do bairro do Mapiri e Área Verde, por ser uma área em que historicamente as mulheres praticam a pesca artesanal no seu cotidiano.

Esse trabalho analisa o reconhecimento das pescadoras em Santarém, perfazendo as alíneas da visibilidade e/ou existência, “presenças silenciosas”, mediante o processo de produção pesqueiro (SOARES, 2013, p. 1). A pesquisa visa apresentar e ressaltar a condição da mulher profissional da pesca na dinâmica da produção pesqueira no município de Santarém, não apenas em sua visibilidade e reconhecimento, mas assim como na construção de um novo contexto entre homens e mulheres em suas relações de gênero, atuando como “agente social, econômico e político. [...] mulher participativa, trabalhadora e que quer contribuir para a evolução dos tempos” (ROSÁRIO, 2012, p. 5).

Portanto, este estudo visa compreender a participação e contribuição da mulher diante ao processo de desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social e de fortalecimento ao refinamento das discussões no cerne do reconhecimento.

## **A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO NO SEIO FAMILIAR RURAL**

Fischer (2002), ao investigar o cenário de orçamento familiar na investidora feminina, revela que a mulher rural contribui para o orçamento doméstico, não pela busca a priori em termos de igualdade e, muito menos por eximir-se de suas responsabilidades domésticas, mas no sentido relacionado à complementaridade do orçamento familiar.

O trabalho feminino fora do lar não é uma escolha, e sim uma necessidade imposta pela própria condição de vida dessa mulher; logo, tal contribuição “constitui um marco de

referência da descaracterização do trabalho feminino como ajuda, e por outro lado torna a mulher visível na esfera dos direitos negociados” (FISCHER, 2002, p. 7).

Nesse contexto, Maneschy *et al.* (2012) afirma que é necessário compatibilizar o trabalho e os ciclos de vida familiar que são desiguais, sugerindo uma reflexão quanto às políticas de sexo e a simbologia das relações de gênero.

Por sua vez, Soares (2013 *apud* ALENCAR, 1993) afirma que não se pode ignorar a presença marcante da figura da mulher no espaço de atividade da pesca em que “constitui uma das alternativas de subsistências e da própria forma de organização social das famílias” (SOARES, 2013, p. 7).

De modo geral, os estudos acerca das comunidades pesqueiras brasileiras evidenciam informações quanto o papel da mulher e sua relação com a pesca. Normalmente, ela se apresenta modestamente no cenário da agricultura, do artesanato e no espaço doméstico. No cerne desses estudos, a participação da mulher em atividades de pesca não é isolada, muito menos esporádica, elas aparecem imperceptíveis e sem a devida valoração, “estabelecendo as pontes entre as diferentes atividades que homens e mulheres realizam, de forma a reconhecer o valor que cada uma delas possui no contexto social do grupo como um todo” (FURTADO *et al.*, 1993, p. 77).

Nesse contexto, Rosário (2012, p. 4) salienta que a organização social das mulheres tem contribuído consideravelmente no processo de discussão das relações de gênero que perfazem as agendas nacionais e internacionais que “representa um espaço de articulação política e de visibilidade, permitindo a construção de profundas mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social”. Em complementação a essa discussão, Alencar (2013, p. 13) observa que “as mulheres ao se organizarem politicamente participando das colônias, dos sindicatos ou das associações de pescadores conseguem ocupar espaços importantes, e dar visibilidade a suas necessidades, e apontar caminhos para que elas sejam alcançadas”.

Portanto, evidencia-se a importância da participação feminina nos órgãos de classe da pesca, pois “as pescadoras em movimento desestabilizam noções que são compartilhadas inclusive por elas mesmas, como as de que são ‘ajudantes’ ou ‘dependentes’, enfim, de que elas não estão nesse setor produtivo por sua capacidade” (MANESCHY; ALVARES, 2010, p. 2).

Vale salientar que de acordo com Leitão *et al.* (2009, p. 10 *apud* GOLDENBERG, 1997, p. 352) “numa perspectiva feminista de gênero, o conceito de invisibilidade da mulher significa posição inferior ou secundária que ocupa nas diferentes instituições”. Por seu turno, Soares (2013, p. 4 *apud* ALENCAR, 1993) retrata o trabalho das mulheres pescadoras como uma das principais atividades “corresponsáveis pela manutenção e a reprodução social nas comunidades pesqueiras”.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Santarém localiza-se à margem do Rio Tapajós, na confluência com o Rio Amazonas, possui uma área de 24.154 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 294.580 habitantes (IBGE, 2010). Diante da importância de dar voz às agentes, às pescadoras, decidiu-se entrevistar duas trabalhadoras para investigar o modo de vida das ribeirinhas

e aproximar-se do sujeito de pesquisa. Para tanto, usou-se o relato de vida para, posteriormente, refinar as perguntas para composição do questionário de pesquisa.

Durante a fase de entrevistas, obtiveram-se relatos da trajetória de vida das pescadoras. A escolha das entrevistadas definiu-se pela experiência no contexto da pesca artesanal pertinente à experiência de vida destas, também pela identidade de luta dos direitos da mulher pescadora, e foi por meio de visitas à Colônia de Pesca Z-20 que o presidente indicou as pescadoras.

No decorrer da pesquisa, houve a aplicação de questionários semiestruturados abordando questões qualitativas e quantitativas, nas dependências da sede da Associação de Moradores do Bairro do Mapiri (AMOB), espaço no qual se reúne o “Núcleo de Base da Colônia de Pescadores Z-20 - Bairro do Mapiri”. A escolha das pescadoras do bairro do Mapiri e Área Verde considerou o fato de esta ser uma área em que, historicamente, as mulheres praticam a pesca artesanal no seu cotidiano e possuem uma organização social na forma de associação comunitária.

Conforme dados fornecidos pela Coordenação do Núcleo de Base do Mapiri, obtivemos a aplicação de 15 questionários, cujas análises dos dados e sistematização das informações ocorreram com a inserção em um banco de dados no programa Microsoft Excel, no qual foi realizada uma análise descritiva, para aferir a produção e reprodução do trabalho das agentes no cenário pesqueiro municipal.

## **O TRABALHO FEMININO NA ÓTICA DO AMBIENTE DE VÁRZEA: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O perfil social e econômico das pescadoras**

Ao analisar o modo de vida destas profissionais diante ao processo de produção pesqueiro, apresenta-se a análise da faixa etária das pescadoras em suas frequências absoluta e relativa de acordo com a Tabela 1 abaixo.

**Tabela 1: Frequências absoluta e relativa das pescadoras artesanais distribuídas pela faixa etária, no município de Santarém, Pará**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
35-40	3	20
40-45	1	7
45-50	3	20
50-55	5	33
55-60	2	13
60-65	1	7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Conforme observado pela variável idade, vê-se que: 27% das entrevistadas têm de 35 a 45 anos; 53% possuem de 45 a 55 anos; e 20% de 55 a 65 anos, sendo que apenas uma agente possui acima de 60 anos. As pescadoras relataram ser responsáveis pelos seus estabelecimentos familiares, trabalhando no extrativismo agrícola e pesqueiro, sendo um trabalho executado por elas desde jovens com o objetivo primordial de nutrir suas famílias, prática que é conservada ativamente até os dias atuais.

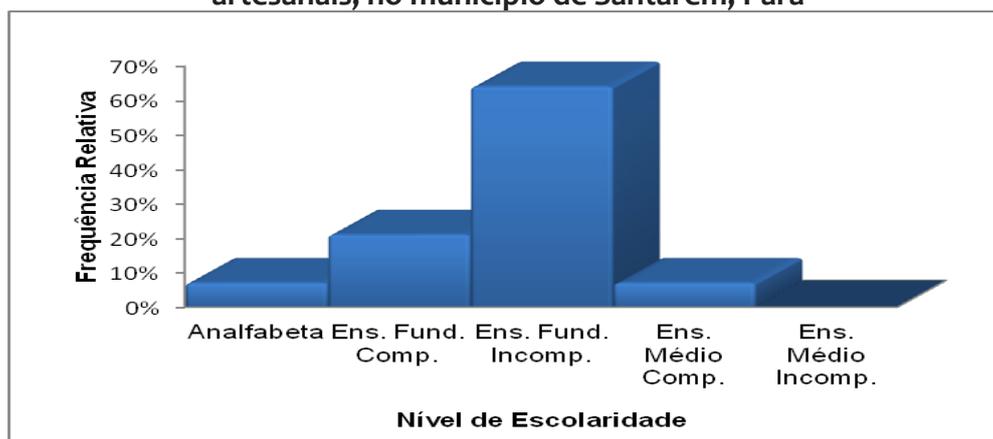
Nesse estudo observou-se que em 33% das agentes há predominância da faixa etária de 50 a 55 anos, fato similar encontrado no estudo de Alves e colaboradores (2015) que perceberam o predomínio de adultos com idade acima de 45 anos. O resultado deste trabalho é corroborado em estudos de outras comunidades ribeirinhas que atuam na pesca artesanal em diferentes regiões do Brasil, os quais indicam que ela passou a ser considerada um trabalho realizado por pessoas com idade mais avançada (OLIVEIRA *et al.*, 2011; SANTOS *et al.*, 2014; ALVES *et al.*, 2015).

A ausência de jovens na atividade de pesca justifica-se pela prioridade que é dada aos estudos pelas famílias, que incentivam um novo comportamento de formação das unidades familiares, priorizando os estudos. Observa-se que a maioria dos adolescentes se desloca para estudar na cidade de Santarém, em busca de melhoria na qualidade de vida, e assim passam a realizar retornos periódicos ao seio familiar interiorano.

Nos relatos das mulheres, observou-se o prazer na labuta pesqueira, pois elas executam tarefas de pesca, como: lançar da rede, jogada do espinhel, a figada do peixe, a despesca. As ações apresentadas por elas lhes dão satisfação em executá-las, mas exigem delas enormes sacrifícios em troca de baixas remunerações, isso é algo que não desejam para as futuras gerações. “A dificuldade de sobrevivência pela falta de perspectiva tem deixado a pesca artesanal de lado, na busca por outros meios de sobrevivência, a negatividade reflete um abandono histórico por parte do Estado Brasileiro” (MACHADO, 2009. p. 2).

Vale ressaltar que todas as entrevistadas são da região Oeste do Pará, sendo a maioria da cidade de Santarém, e apenas duas agentes oriundas dos municípios de Oriximiná e Alenquer localizados próximos de Santarém. Quanto à escolaridade, observou-se que 70% das pescadoras apresentam baixa escolaridade, conforme gráfico 1.

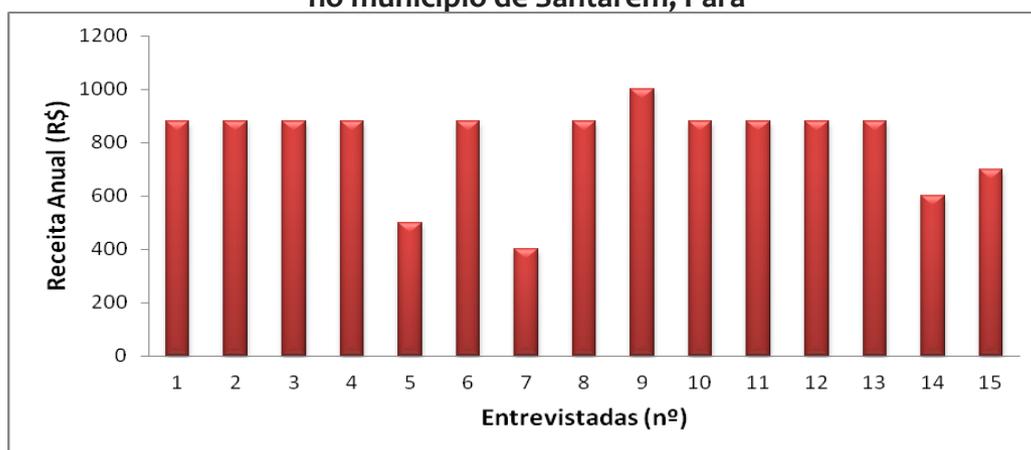
**Gráfico 1: A frequência relativa do nível educacional das pescadoras artesanais, no município de Santarém, Pará**



Em relação ao grau de instrução das ribeirinhas, a maioria possui o ensino fundamental incompleto (64%). O analfabetismo também envolve uma parcela importante dessas pescadoras (7%), e é justificado pela falta de acesso ao ensino escolar, pois geralmente casam-se cedo e ocupam-se com os afazeres domésticos e cuidados com a família (FASSARELLA, 2008). Assim, há o envolvimento delas com a atividade de pesca desde a infância, em que ainda muito jovem executam tarefas na pesca visando o provimento da família.

A pesca no município, além de ser uma atividade tradicional e culturalmente importante, movimentada a economia da região, garantindo alimentação e geração de renda para os envolvidos nessa atividade. Nesse aspecto, serão analisados a seguir os rendimentos mensais das mulheres trabalhadoras em pescarias artesanais nas comunidades, como é exibido no gráfico 2 na próxima página.

**Gráfico 2: Representação dos rendimentos médios das pescadoras artesanais, no município de Santarém, Pará**



Em se tratando da renda familiar, observa-se no gráfico 2 que dentre as quinze mulheres entrevistadas obteve-se rendimento mensal de 880, com variação entre R\$ 800,00 à R\$ 1.000,00, entretanto esta renda é composta de auxílios governamentais, tais, como: Bolsa Família (BF), Auxílio Maternidade, Seguro Defeso. Pouco decorre da atividade direta da pesca, conforme dito por Galúcio (2004, p. 17) a profissão de pescadora é muito puxada, “debaixo do sol e da chuva, o corpo é marcado. O preço do pescado nunca é merecido”.

No que tange ao número de filhos por mulheres encontrou-se a média de quatro filhos, sendo que esse número encontrado está acima da média nacional de 3,1 filhos por mulher (IPEA, 2013) sinalando, possivelmente, a falta de planejamento familiar relacionado à baixa escolaridade das mulheres, conforme corrobora Varela (2011) ao dizer que hoje as mulheres de nível universitário têm em média 1,4 filhos, em contrapartida as de nível educacional fundamental incompleto (e analfabetas) têm 4,4. Este dado é confirmado nos estudos de Galúcio (2004) que mostra que as mulheres pescadoras são mães muito cedo e têm em média cinco filhos.

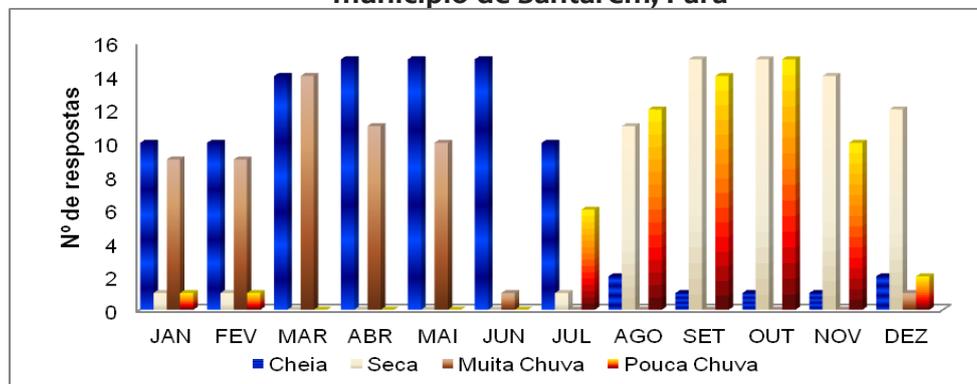
Após análise das principais características do perfil social e econômico, observou-se que a comercialização do pescado é uma das formas que as trabalhadoras utilizam para atender suas necessidades básicas, bem como para o aumento do poder de compra. Essas mulheres possuem o conhecimento sobre a natureza, dada a estreita relação com o meio ambiente, aspectos dessa interação serão observamos a seguir.

### **O conhecimento tradicional das mulheres envolvidas na pesca artesanal municipal**

As pescadoras residem às margens do Rio Tapajós onde desenvolvem no seu cotidiano a sua relação com a natureza (terra, água, floresta e o homem), transmitidas e absorvidas

pelas gerações no seu clã familiar. Com base nos dados coletados temos abaixo a análise do conhecimento sazonal das trabalhadoras no meio ambiente pesqueiro (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Os períodos de sazonalidade descritos pelas pescadoras, no município de Santarém, Pará**



Conforme a análise dos resultados sobre o conhecimento ecológico das trabalhadoras dada a dinâmica sazonal do ambiente, observou-se que o período de cheia ocorre predominantemente nos meses do primeiro semestre do ano com relativa variação na quantidade de chuva, onde apenas o mês de março foi citado com o alto índice pluviométrico, conforme 14 entrevistadas. Enquanto o segundo semestre foi considerado o período de seca, com registro de baixas quantidades de chuva, sendo o mês de outubro citado como o de menor registro pluviométrico. Os resultados corroboram os dados coletados em Cerdeira (2005), em que afirma que os meses de seca foram de setembro a novembro, e o período de cheia de março a junho, sendo estes dados cientificamente analisados por metodologias meteorológicas.

Ao se comparar o saber das pescadoras com os estudos de Cerdeira (2005) ver-se que as agentes são detentoras do conhecimento tradicional oriundo do ambiente onde vivem e, trazem com elas sentidos cognitivos que auxiliam no conhecimento empírico, realizando a leitura da natureza por meio dos elementos naturais (fauna e flora) que favorece o saber local com respostas próprias às possíveis mudanças que o ambiente possa apresentar (cheia, seca, vazante, entre outros).

Com base nos dados coletados abaixo, tem-se uma análise da frequência relativa das principais espécies de pescado no município de Santarém (Tabela 2).

**Tabela 2: Frequência relativa das principais espécies citadas na comercialização de pescado, no município de Santarém, Pará**

Espécies	Freq. Relativa (%)	Espécies	Freq. Relativa (%)
Aracu	16,7	Matrinchã	1,9
Branquinha	3,7	Pacu	18,5
Carauçu	3,7	Pescada	1,9
Charuto	3,7	Sardinha	1,9
Curimatã	11,1	Surubim	3,7
Jaraquí	16,7	Tambaquí	3,7
Mapará	1,9	Tucunaré	7,4

A participação no mercado representa para elas o poder financeiro para a independência financeira, na condição de atender às necessidades enquanto indivíduo e também satisfazer os anseios da família; estes são elementos balizadores no alavanque da autoestima e autonomia da mulher.

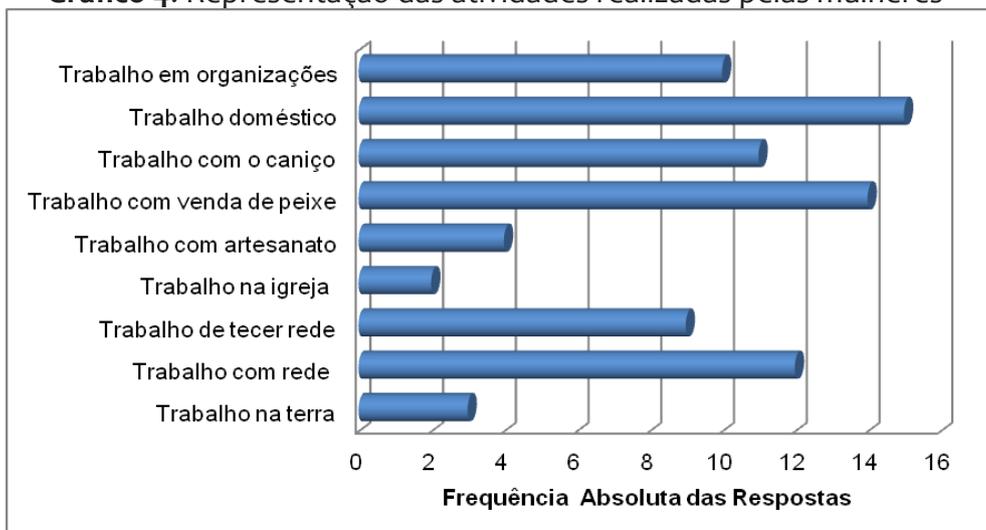
No cotidiano, essas mulheres realizam distintas tarefas como o trabalho em organizações comunitárias, participando ativamente das reuniões e decisões a respeito do modelo de negócio da venda de artesanato confeccionado por elas. Dividem o seu tempo com o trabalho na igreja, ator social que disponibiliza espaço e eventos para divulgar o artesanato feito por elas. Além disso, têm a labuta no campo, com o trato da lavoura na plantação e colheita de frutas e verduras, que auxiliam na alimentação da família. Por fim, têm o trabalho cotidiano da pesca, desde o tecer da rede para uso de pesca próxima das residências, quanto a pesca de caniço, apetrecho de pesca composto de vara, linha, alça e anzol.

A pesca proporciona uma estreita relação com o ambiente, elas manejam distintos *habitats* com a mesma propriedade, pois possuem conhecimento empírico do bioma e de suas variações ecológicas. Nessa atividade, o saber local permite que o trabalho se realize continuamente no contexto de uma variabilidade espacial, expressão das múltiplas faces da paisagem amazônica (rios, igarapés, furos).

A rotina das mulheres possibilita um processo racional e inerente dos agentes que constroem estratégias produtivas, fundamentadas na multiespecificidade, em especial no uso do espaço e da técnica como principal ação mitigadora a assegurar a sustentabilidade da atividade antrópica no contexto amazônico.

Segundo Torres (2005), o trabalho doméstico continua envolto numa rede de representação simbólica de largo alcance, historicamente arraigada à condição da mulher como reprodutora e “cuidadora” da família, fato descrito no gráfico 4, que representa as atividades realizadas pelas mulheres no seu cotidiano no ciclo de um ano.

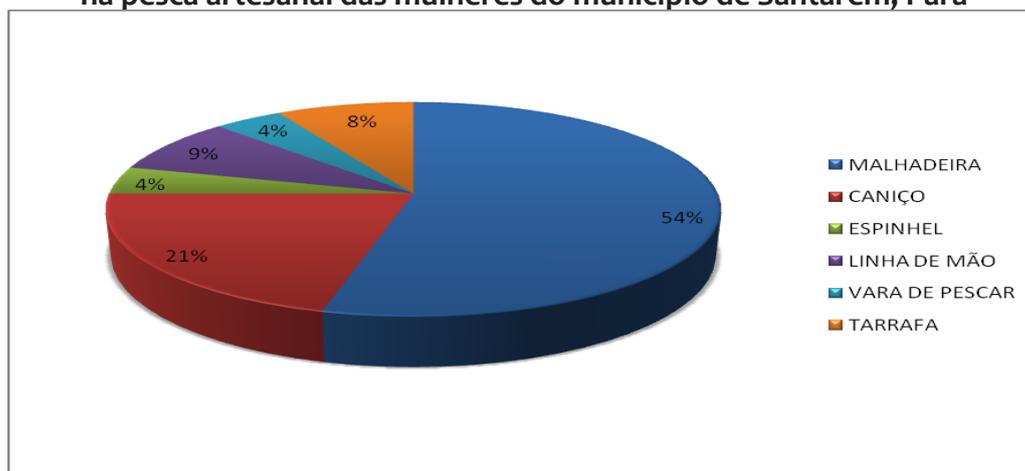
**Gráfico 4:** Representação das atividades realizadas pelas mulheres



Em se tratando do manuseio dos apetrechos na atividade de pesca artesanal, foi observado que os mais utilizados pelas pescadoras são a malhadeira (54%), o caniço (21%) e linha de mão (9%)

por serem os mais maleáveis e de fácil manipulação e, que apresentam melhores resultados financeiros na pesca (Gráfico 5). Ressaltando que a malhadeira proporciona uma técnica de facilidade de captura de espécies mais rentáveis para comercialização, devido o diâmetro das malhas e o tamanho da panagem (o comprimento da rede em si), que dar vantagens à captura das espécies ao longo dos trechos dos rios e lagos manejados por elas (FURTADO, 1993).

**Gráfico 5: Percentual de uso dos principais apetrechos de pesca utilizados na pesca artesanal das mulheres do município de Santarém, Pará**



Nessa ação, a utilização do espinhel é de pouca expressão; isso se justifica por ser uma técnica perigosa de captura do pescado e propícia a acidentes. Assim, também são mencionadas a vara de pescar e a tarrafa que, apesar de comporem uma técnica pouco utilizada pelas pescadoras, são desenvolvidas somente na companhia dos maridos e em longas distâncias. Segundo Furtado (1993, p. 303), “é muito utilizada nos lagos e nas margens do rio Amazonas para pesca de peixe de pequeno e médio porte”. [...], exige muita resistência física, por ser um dos arreios mais pesados, porém tal esforço não é compensador a título financeiro é mais para atender a necessidade de consumo da família.

Ao se finalizar a discussão dos dados, segue-se para a trajetória de vida das entrevistadas e à importância do papel da mulher no desenvolvimento do setor pesqueiro no município de Santarém.

### **Relatos de vida: o cotidiano das pescadoras santarenas contado pelas "desbravadoras dos rios"**

A entrevistada Sônia Pereira, nascida no dia 26 de agosto de 1943 na comunidade de Calvário, no município de Monte Alegre, possui relação com a pesca desde a infância, pois é filha de pescador, com quem adquiriu a experiência para o manuseio na atividade da pesca. Casou-se com um pescador, com o qual formou sua família.

Ao relatar sobre si e sobre sua trajetória de vida ela menciona a grande dificuldade para manutenção da família, dizendo que na casa de seus pais desde a infância ajudava nos afazeres domésticos, no cuidado de seus irmãos, no trabalho de pesca e nas tarefas com a terra e, que teve sua vida dedicada ao casamento, à criação de filhos, aos afazeres do lar, assim como ao manuseio da pesca.

Uma mulher polivalente que, além de lidar com as dificuldades da vida, ainda dispôs tempo para liderar a Associação de Mulheres Pescadoras e Agricultoras (AMUPA), como diretora de finanças da Colônia de Pescadores Z-20 por três mandatos, sendo fundadora do AMUPA, onde atuou defendendo a importância do papel da mulher no seio pesqueiro, perfazendo a condição da qualidade de vida desta, algo não aceito, no primeiro momento, pelos maridos dessas agentes.

A entrevistada relata um dos avanços neste processo de construção à inserção da mulher ao direito à seguridade social, sobretudo à previdência social, ao auxílio maternidade, aposentadoria e seguro defeso, conforme demonstrado na fala a seguir:

“Depois de muita luta, briga no congresso nacional com o pessoal do INSS. Eu cheguei a convidar o cara do INSS a pescar comigo, ele dizia que eu não tinha cara de pescadora, que eu não sabia pegar no remo para remar, então vumbora pescá comigo, tu só vai saber se eu sei fazer, se tu ir pescá comigo. É uma diferença muito grande, ele ficou meio humilhado, eu não tinha medo de debate com qualquer homem não, eu debatia mesmo, e eu ia na coragem. a luta hoje é pra nós se valorizá, os nossos direitos esta aí. Direitos existem, falta a procura. bastam não ter medo, ‘se valorizem, mulheres.’”

Pautada nas suas experiências de manejo de pesca e liderança, Sônia busca desmistificar o conceito de deveres e direitos, dando ênfase à participação dos homens nas tarefas, ou seja, divisão do trabalho, destacando a importância da necessidade do homem ajudar a esposa, no sentido de ser mais presente, ser participativo na criação de seus filhos. Assim, no cerne da discussão, a entrevistada faz a seguinte fala:

“Bem, mulher trabalhadora da pesca, ela trabalha sempre dobrado, um dia pra ela se torna pequeno, muitas horas para ela trabalhar. Tem que cuidar do marido, da casa, da roupa da escola, tecer malhadeira, colocar malhadeira n’água, despescar a malhadeira, tratar do peixe, armazenar o peixe. Nós mulheres têm capacidade superior de fazer tudo isso, se esse trabalho colocasse pra homem fazer, ele amanhecia morto, ainda chama de preguiçosa. Não somos escravas e temos direitos iguais”.

Emblemática e com opiniões fortes, ela relatou sobre o cenário feminino na pesca. Afirmou que a figura do homem consiste a labuta diária, enquanto a mulher atua em duas frentes, tanto fora quanto dentro do lar. Isto é, trabalha na atividade da pesca desenvolvendo atividades como: pescar, tecer malhadeira, consertar arreio, despescar a malhadeira, ajudar na soltura de arreios, e ainda trabalha nas atividades domésticas, armazenando o peixe, cozinhando, lavando roupas e educando seus filhos. Além disso, menciona o cuidado com a saúde, perfazendo sua autoestima, como afirma Sônia em sua fala abaixo:

“Melhores condições de vida, tanto no trabalho dentro de seus direitos, tanto na saúde, coisa que teria que tá claro para as mulheres terem conhecimento que somos iguais, merece tratamento digno, qualidade boa. Além de mulheres, ‘são esposas’, não pode ser usada como papel higiene que é usado e jogado fora, temos valor, precisamos nos valorizar”.

Assim, Sônia finalizou dizendo que as mulheres ainda se desdobram com outras atividades produtivas, como a agricultura, fazendo hortas, além da atividade de venda que agrega valor na renda mensal da família. Os filhos, desde muito cedo, além de estudar, são corresponsáveis com esta tarefa.

Na entrevista com a Senhora Dorenilce Maria Rodrigues Galúcio, ou seja, a Dora, obtiveram-se as seguintes informações: tem 53 anos, é casada, nascida na comunidade de Inanú, região do Lago Grande do Curuai, município de Santarém-Pará. É uma pessoa muito simpática e alegre, sempre com risos na face, é pescadora, doméstica, ex-dirigente de associação e grande articuladora de movimentos em prol da preservação e conservação do Meio Ambiente. Sob um olhar de severidade, recordou momentos tristes de sua infância e, lamentavelmente, gritava em sua fala:

“Tenho a personalidade muito forte, da família sou a mais forte de todos, até hoje tomo conta de meus irmãos, por que, perdi minha mãe aos 10 anos de idade, na minha cidade natal em Inanú e tive que cuidar de meus oito irmãos, pescava com meus irmãos para o sustento, não tinha mais mãe, tinha que dá nosso jeito”.

Seu contato com atividade da pesca aconteceu desde a infância no intuito de ajudar no sustento e manutenção da família, no zelo com a casa dos pais e cuidados com os irmãos. Apesar de não ser a irmã mais velha, foi a que se sobressaiu assumindo as responsabilidades pela sobrevivência da família.

Aos 14 anos, mudou-se para Santarém para estudar, onde se casou aos 18 anos com Benedito Monteiro Galúcio, também pescador, com quem teve quatro filhos. Esteve sempre voltada ao trabalho doméstico e a área pesqueira, em uma vida árdua e sem carga horária determinada. Levou a vida na atividade pesca em pequenas canoas, nas quais lançava-se aos rios:

“Juá, lago grande, mapiri, papucú,” seus apretechos, “ora malhadeiras, linha comprida, ora garateia para pescar jaraqui. Vendia peixe, pescava sozinha por muito tempo, outras vezes, geralmente com meus filhos, com meu marido”.

Nunca se desmotivou com seu trabalho com a pesca, mesmo muitas vezes não sendo valorizado, inclusive por parentes. Pelo contrário disso, ela via a pesca como uma forma de ajudar na renda familiar. Seus filhos, também ajudavam nesta tarefa e até realizavam, paralelamente, plantações de frutas e hortaliças.

Dora, mesmo vivendo em situações adversas e precárias, diz que o sonho de mudança nunca saiu de sua mente. Sempre observou desde cedo as dificuldades que o gênero feminino vivenciava na pesca. Assim, retomou seus estudos com muita dificuldade, porém, com muita determinação e coragem, saiu em busca de conhecimento para lutar em prol de direitos para si e para sua classe.

Em sua entrevista relatava o preconceito, discriminação, formação, direitos e deveres, ícones que serviram de estímulos para ela desempenhar alguns papéis sociais, como Diretora de Relações Públicas na Colônia de Pescadores Z-20, membro da Associação de Mulheres Pescadoras e Agricultoras (AMUPA) e da Associação de Moradores do Bairro do Mapiri pela defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pescadora e do cenário pesqueiro, motivando a fiscalização e a manutenção de lagos.

Na sua caminhada de luta na consolidação dos direitos da mulher pescadora atuando frente à direção de relações públicas da Z-20 e no movimento de mulheres, sentiu muita resistência e dificuldades para conscientizar a mulher pesqueira quanto aos seus benefícios. Para isso, muitas a consideram como uma mulher revolucionária, inclusive diz que:

“Tipo uma guerreira, sou uma revolucionária, maior dificuldade foi colocar dentro da mulher, que ela mesma poderia fazer uma revolução dentro dela e que ela tinha o poder de se transformar, que não era só aquele gênero que vai ter filho, que cuida da casa, que ela é, além disso, entendeu”.

A entrevistada Dora lamenta o pensamento machista e preconceituoso que ainda persiste na sociedade. Diz que quando perceberem que a luta delas destina-se a agregar melhorias, e em consequência disso, as famílias só tendem a ganhar, possivelmente, pensarão diferente.

Por ser uma mulher de forte identidade, registra sua participação no processo de construção dos direitos adquiridos e a importância destes na vida da mulher pescadora: a Assistência Social, o Auxílio Maternidade, Seguro Desemprego, popularmente, seguro defeso, como é retratado em sua fala:

“Viajei muito pela federação, consegui colaborar para conquista de muitos direitos reivindicando tudo isso pra elas. direitos que muito pouco ainda é aderido nesta sociedade feminina pesqueira, em virtude de ainda haver acomodação e falta de esclarecimento”.

As entrevistadas possuem uma história de luta na busca pela sobrevivência, igualdade e melhoria na condição de vida, sendo este, o cenário que as envolve em suas histórias de vida, contados pela experiência vivida, perpassado de geração a geração, ou seja, de seus pais para seus filhos.

É possível notar nos relatos das pescadoras que a profissão se estabelece em suas vidas sempre influenciada no seio familiar. As entrevistadas mostraram ser agentes atuantes na busca por direitos e reconhecimento do trabalho realizado por elas, seja para o provimento alimentar e/ou pelo financeiro da família. A renda familiar é caracterizada pela contribuição do trabalho feminino, seja na pesca, seja na agricultura.

Desse modo, em estudos sobre a inserção da mulher na atividade pesqueira, Rosário (2012, p.2) revela que esta se deu sem o devido reconhecimento do trabalho feminino na pesca quanto os seus direitos, assim tecendo historicamente a luta pela sobrevivência que conduziram essas mulheres à necessidade de adaptação quanto às normatizações impostas pelo segmento da ‘competitividade’ atrelado ao “processo de acumulação e poder dominante”, evidenciando o desinteresse do poder público em oferecer a este seguimento condições de uma vida mais justa e igualitária.

As entrevistadas demonstraram em seus depoimentos descontentamento no tratamento de seus direitos e deveres, e na resolução de seus amparos legais na execução de suas atividades. Isso reforça a necessidade de continuidade de ampla discussão da importância do papel da mulher no cenário pesqueiro. Isso evidencia a sua relação com este universo de forma elementar e salutar na composição de estrutura hierárquica familiar socioeconômica, política e cultural na manutenção de seus espaços e delimitações de seus direitos no trato da realidade, na qual estão inseridas. De acordo com a assertiva da pesquisa de Rosário (2012, p.2):

“É nessa busca pela equidade entre homens e mulheres em que se estabelece a grande participação das pescadoras nas mobilizações realizadas na Baía do Iguape, visando à valorização de sua atividade pesqueira e pelas garantias trabalhistas. O trabalho duro e a definição de estratégias de sobrevivência ainda emergem como temas recorrentes em suas trajetórias de vida”.

Assim, reconfigura-se a participação da mulher nas atividades de pesca para além da captura do peixe, registra-se a sua atuação ativa neste universo da pesca como agente produtor e colaborador no orçamento familiar pesqueiro em que a pesca é tida como universo e função masculina.

Desse modo, Maneschy e Álvares (2010, p. 3-4), em sua análise sobre o trabalho da mulher pesqueira com ênfase à Zona Costeira do Estado do Pará, confirma os dados de que a mulher na pesca contribui para “o pluralismo econômico das famílias de pescadores, produzindo não apenas para o consumo direto do lar, como também para o mercado”.

Dentre as entrevistadas, Dora demonstrou sua preocupação quanto à preservação e conservação do meio ambiente, consolidando neste estudo que a figura da mulher está vinculada historicamente ao ato de cuidadora e zeladora de seu espaço, culturalmente formada para reprodução de seu comportamento diante da manutenção e cuidados com seu *habitat* natural e suas relações.

“Nas pescadoras, é percebido um sentimento de proximidade e reconhecimento em relação ao meio ambiente, talvez por isso seja tão recorrente entre elas privilegiar o equilíbrio dele, pois existe a consciência de que é dali que se tira o sustento. [...]. Parece que estas mulheres trazem mesmo em si o verdadeiro sentido de ecologia, pois preenchem seu viver do que julgam melhor para seus lugares (ROSÁRIO, 2012, p. 10)”.

Neste retrato, a mulher tem a sensibilidade de pertencimento e trato do meio em que vive para tornar este ambiente agradável e prazeroso, pois se dedica em sua totalidade para perpetuar seu modo de vida, formulada pela sua experiência adquirida no espaço vivido, que é carregado de simbologias, tradições, costumes etc. Estes são fatores que influenciam a dinâmica de pertencimento ao lugar e a sua própria identidade.

A participação dos filhos na realização de tarefas e a divisão sexual do trabalho na pesca são confirmadas nos depoimentos das entrevistadas, fato que demonstra claramente que desde muito cedo as crianças somam forças para realização das tarefas do lar e da pesca, imbuídas de cargas mentais culturalmente formadas, em que o menino acompanha o pai na pesca e a menina nos afazeres da casa e no cuidado com os irmãos, condição esta afirmada por (ALENCAR, 1993, p. 73), quando afirma que:

“A divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras reflete tanto uma visão de mundo como também expressa uma maneira de se apropriar do ambiente produtivo, [...]. É uma divisão marcada pelo arbítrio, e se baseia fundamentalmente na diferença biológica dos sexos, tomada como referencial para estabelecer a diferenciação dos gêneros”.

Constatou-se que as reivindicações dos direitos e reconhecimento do trabalho da mulher no cenário pesqueiro é essencial para as duas entrevistadas, visto que elas se organizam como agentes políticos em favor de seus interesses.

Nesse contexto, é importante perceber que a visão da mulher pescadora contemporânea está ampliada à sua condição produtiva tanto na conjuntura social quanto política, perfazendo as suas exigências de reconhecimento em diversos contextos e na definição de sua identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se conhecer a condição de vida social e econômica das mulheres, profissionais da pesca, bem como a sua relação com o meio ambiente que direcionam seus trabalhos. Assim, viu-se que as pescadoras do município de Santarém utilizam a pesca como um mecanismo de manutenção e sustento da família.

No decorrer do estudo, foram reveladas diversas atividades realizadas pelas pescadoras, inclusive que a maioria dessas agentes tem que distribuir seu tempo em uma dupla jornada de trabalho, associadas às diferentes condições de responsabilidades e compromissos com a família, desde o trato social passando pelo econômico e cultural que desempenha diante a construção de sua identidade e formação familiar, desenvolvendo um importante papel de conciliadora e mantenedora do espaço em que vive.

Encontrou-se nesse trabalho um perfil de trabalhadora com baixa escolaridade, apresentando precariedade em sua educação formativa, revelando o lado da dificuldade vivida por estas mulheres, e a falta de políticas públicas propícias para abarcar um setor educacional mais abrangente, as quais priorizem o atendimento as especificidades e necessidades destas residentes, além de respeitar seus conhecimentos, sua cultura e seu modo de vida, possibilitando o surgimento de planos e políticas governamentais participativas e eficientes, em que uma nova conjuntura ajuste-se à contemporaneidade delimitada no espaço e nas suas relações, no enalço de perspectivas mais humanas, afetivas e de compartilhamento, de divisão de trabalho e de reconhecimento de direitos. Isso representa importantes elementos para construção de uma sociedade mais participativa, justa e igualitária.

Em relação às principais fontes de renda, observou-se que os auxílios governamentais são importantes fontes complementares de rendimento, entretanto as agentes realizam diversas atividades no propósito de atender tanto suas necessidades de alimentação, quanto alternativas ao planejamento financeiro familiar.

Como afirma Leitão *et al.* (2009, p. 12), “a história de luta, trabalho, resistência e conquistas revelam a existência de uma pesca realizada por mulheres, que está relacionada há um amplo conhecimento tradicional acumulado por gerações”, fato comprovado neste estudo nas análises de sazonalidade, levantamento de espécies, comercialização do pescado; critérios investigados e corroborado por autores citados no texto (MANESCHY, FURTADO, TORRES, entre outros).

No trato com as experiências das entrevistas, refletiu-se sobre a importância da inserção da mulher no campo por tomada de decisão, em que se percebeu que essas lideranças foram responsáveis por importantes conquistas enquanto gestoras no processo de discussão e democratização dos direitos, sempre lutando pela representatividade das mulheres nas instituições legais da atividade de pesca (Colônias de Pescadores), garantindo direitos como assistência da previdência social, o auxílio à maternidade e auxílio doença.

Esse estudo trouxe à tona a real necessidade da participação da mulher pela luta dos direitos, e pelo processo de reorganização social, perfazendo uma reestruturação social de representatividade no âmbito das discussões em níveis nacionais e internacionais, associadas aos seus interesses, fato existente atualmente, mas de maneira mais silenciosa, precisando ser alterado para uma atuação como sujeito político dando um novo

ressignificado às relações sociais e de poder, de modo a qualificar um novo cenário das relações de gênero, “conquistando o resgate da autoestima, da equidade e da inclusão social”, conforme Leitão *et al.*, 2009.

Assim, é possível se remeter a uma reflexão profunda quanto ao trabalho da mulher nas comunidades pesqueiras, e a relevante atuação feminina no processo de constituição de um espaço mais digno, elementar e sustentável que apresente uma condição de vida ímpar e de grande importância na manutenção da identidade cultural dos povos amazônidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. F. *Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá*. Seminário internacional fazendo gênero 10 (anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013.

ALENCAR, E. F. *Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras*. Bolsista de Desenvolvimento Científico Regional – CNPq – Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, PA, 1993.

ALMEIDA, I. C. *O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: O caso do município de Mocajuba - PA*. Dissertação de Mestrado. 2013.

ALVES, R. J. M.; GUTJAHR, A. L. N.; Silva, J. A. E. S. *Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil*. Observatório Economia Latinoamericana. 2015.

CERDEIRA, R. G. P. *Captura de pescado por famílias ribeirinhas da região do Maicá, em Santarém, Pará. Relatório Final*. IBAMA, 2005.

FASSARELLA, S. S. *O Trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino*. Ser Social. V. 10, n. 23, p. 171-194. Brasília, DF, jul./dez. 2008.

FONSECA, J.S. da; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. *Estatística Aplicada*. São Paulo: Atlas 1995.

FURTADO, L. G.; LEITÃO. *Gênero e Pesca: o conselho pastoral da pesca (CPP)*. Seminário Internacional fazendo gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Editora Supercores. Coleção Eduardo Galvão. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, PA, 1993.

GALÚCIO, Dorenilce Maria Rodrigues. *Amazônia: pescadores contam histórias*. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – Pró-Várzea. Coleção Retrato Regional. Santarém, PA, 2004.

GOLDANI, A.M. *Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos de 90 e seus desafios como fator de proteção*. Revista Brasileira de estudos de População, v.19, n.1. jan/jun.2002.

HUMBOLDT, A. VON. *Natur- und reisebilder: pictures of nature and travel from [his] Personal narrative of travel, and Aspects of nature*. F. Norgate, 1875.

IPEA, 2013. *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania* Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds>>

KERGOAT, D. *Divisão sexual do trabalho e relações de sexo*. Dictionnaire critique du féminisme. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

LEITÃO et al. *Mulheres pescadoras: a construção da resistência em Itapissuma*. XXXIII Congresso de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, PR, set. 2009.

MACHADO, M. F. *Entre a terra e o mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil*. O portal dos psicólogos. Universidade Federal de Alagoas. 2009.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, Belém, v. 11, n.2, p. 145-166, 1995.

MANESCHY *et al.* *Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento*. Estudos femininos. Florianópolis, SC, set/dez 2012.

MANESCHY, M.C.; MIRANDA ÁLVES, M. L. *Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos*. Revista Coletiva, v. 1, p. out/dez/2010, 2010.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ALVAREZ, M. L. M. *Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento*. *Revista Estudos feministas*. (20) 03, p. 817-837, 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. *Boletim do Registro Geral da atividade pesqueira – RGP*. Brasil, 2012.

MOTA, D. M. *O Trabalho feminino e a construção da identidade profissional na atividade de pesca em boa Vista (2003-2014)*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR, 2015.

NASCIMENTO, E. C. S.; FISCHER, I. R. A. *A Invisibilidade das pescadoras artesanais na cadeia produtiva da pesca e no meio ambiente pesqueiro*. Revista Coletiva, Recife, 2012.

OLIVEIRA, G. F.; NASCIMENTO, S. F.; MELLO, A. H.; PEREIRA, V. D. N.; MENDES, A. S. *Caracterização econômica e social dos pescadores do Rio Tocantins em Marabá-Pará*. *Agroecossistemas*, 3 (1), 18-23, 2011.

ROSÁRIO, J. J. *A mulher na pesca: trabalho, cultura e perspectivas sustentáveis*. III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero: Associativismo, profissões e políticas públicas imagens e representações sociais de gênero e de trabalho. 2012.

SANTOS, A. C. L.; BITTENCOURT, C. F.; ARAÚJO FILHO, R. J. P; OLIVEIRA, P. G. V. *Caracterização da pesca e perfil socioeconômico do pescador que atua sobre as pontes do Recife, PE*. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, 40 (2), 291-298, 2014.

SOARES, S. M. *Estovar e entralhar: pescadoras, a prática da captura e a luta pelo reconhecimento no Amazonas*. *Fazendo gênero* 10. Desafios atuais dos feminismos Set. 2013.